

# **INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

**Destaques IPADES, setembro 2013**

## **A Proteção da Lavoura e a Segurança Alimentar**

**A agricultura moderna com altas produtividades só é possível com o apoio da ciência e modernas tecnologias. As novas cultivares de milho, soja, arroz e trigo manifestam o seu potencial genético produtivo mediante controle sistemático das endemias que as cometem durante seu ciclo de vida. Isto significa que a busca por defensivos agrícolas menos tóxicos ao homem e ao meio ambiente deve ser um trabalho constante.**

Ainda assim, nos mais variados fóruns, desde as reuniões de sindicatos a eventos com profissionais do ramo, a supressão desses produtos é defendida com fervor. Mitificar o assunto ou restringir o debate aos fóruns sociais é colocar em risco a segurança alimentar da população.

A argumentação, o debate amplo e com racionalidade deve predominar, sem deixar à margem o direito inalienável que sete bilhões de pessoas, na Terra, tem de se alimentar corretamente todos os dias. Propostas outras sem considerar esse aspecto não merecem ser levadas a sério.

Não se deve esquecer que são inúmeras as ações de educação e sustentabilidade, embora ainda não suficientes, desenvolvidas há muitos anos. Alguns exemplos podem ser mencionados: o Sistema Integrado de Manejo na Produção Agrícola Sustentável (SIMPAS); uma parceria entre a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM), Associação Nacional Para Difusão de Adubos (ANANDA), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Faculdade Dr. Francisco Maeda e International Plant Nutrition Institute (IPNI); o curso MBA em Fitossanidade, parceria entre o Instituto Agrônomo (IAC) e a ANDEF; o Programa Eco Vegetal, que tem o apoio do Instituto Ambiental do Paraná; e o Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos, realizados com o apoio da ABAG e com a parceria estratégica da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

**Esse esforço tem dado resultado, em 2012, 6,1 milhões de agricultores brasileiros foram capacitados ao uso correto dos defensivos agrícolas, 42% a mais em relação ao ano anterior. Isto significa que a razão o bom senso e não o apelo ideológico deve nortear esta questão, sobretudo, porque os seus resultados traduzem-se em mais e melhores alimentos nas mesas de 200 milhões de brasileiros, e em todo o mundo.**

## **EXTREMOS DO CLIMA NO BRASIL**

Em razão do aumento progressivo da concentração de gases de efeito estufa – em maio de 2013, os níveis de dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) atingiram pela primeira vez na história recente da humanidade as 400 partes por milhão (ppm) – o clima no Brasil do final deste século será provavelmente bem diferente do atual, a exemplo do que haverá de ocorrer em outras partes do planeta, promovendo alterações na ocupação e uso do solo.

**As projeções indicam que a temperatura média em todas as grandes regiões do país, sem exceção, será de 3° a 6°C mais elevada que no final do século passado, a depender do padrão futuro de emissões de gases de efeito estufa. As chuvas deverão apresentar um quadro mais complexo. Em biomas como a Amazônia e a Caatinga, a quantidade estimada de chuvas poderá ser 40% menor. Nos Pampas, há uma tendência de que ocorra o inverso, com o aumento de cerca de um terço nos índices gerais de pluviosidade ao longo deste século. Nas demais áreas do Brasil, os modelos climáticos também indicam cenários com modificações preocupantes, mas o grau de confiabilidade dessas projeções é menor. Ainda assim, há indícios de que poderá chover significativamente mais nas porções da mata atlântica do Sul e do Sudeste e menos na do Nordeste, no Cerrado e no Pantanal.**

Isto significa que os brasileiros vão conviver tanto com mais períodos de seca prolongada como de chuva forte, às vezes um após o outro. Isso sem falar na possibilidade de aparecimento de fenômenos com grande potencial de destruição que antes eram muito raros no país, como o furacão Catarina, que atingiu a costa de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em março de 2004.

Esse quadro faz parte do mais completo diagnóstico já produzido sobre as principais tendências do clima futuro no Brasil: o primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN1) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), criado em 2009 pelos Ministérios do meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser divulgado em setembro de 2013

durante a 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

**O PBMC reuniu 345 pesquisadores de diversas áreas para formular uma síntese inédita do estado da arte da produção científica nacional sobre o tema.**

## **OS PROTESTOS OCORRIDOS NO BRASIL E O GOVERNO**

O economista alemão Albert Hirschman e professor da Universidade de Princeton, que morreu em dezembro de 2012 introduziu dois conceitos que ajudam a compreender fenômenos econômicos, políticos, sociais e até mesmo pessoais. Em inglês os dois conceitos são *exit* e *voice*, que traduzidos de modo livre podem significar: jogar a toalha e protestar. A sociedade brasileira, em junho deste ano, optou pelo segundo.

**Os protestos mostram que as prioridades do governo não eram as prioridades que a sociedade queria, mas as duas não cabem no PIB. O governo aumenta despesas desnecessárias, mas que lhe dão suporte à permanência no poder, em troca da ineficiência dos serviços e da administração pública, acrescidos da corrupção. A sociedade quer melhores serviços e não aceita a corrupção. Pela primeira vez na história nacional esse confronto vem demonstrar que o rumo da trajetória precisa ser mudado.**

A economia brasileira, nos últimos cem anos, cresceu, diversificou-se e atualmente existem condições técnicas e econômicas para que o país busque a nova trajetória. Pautada na nova condição econômica e com visão de planejamento e de desenvolvimento, a mudança deve se estabelecer em três pilares: social, urbano e administrativo do Estado. O social tem que atender os bons serviços de educação, saúde e segurança. O urbano tem que resolver os problemas de habitação popular, transportes públicos e da infraestrutura. O administrativo do Estado requer o enxugamento da máquina administrativa e a troca do fisiologismo pela competência.

Os dois primeiros pilares requer aumento da taxa de investimento do setor público. O terceiro, que se desmonte o aparelhamento do Estado cujo organograma não tem nada a ver com a eficiência da administração pública, mas sim satisfazer o apetite dos partidos políticos que apoiam o governo.

A resposta dos governos estadual e municipal foi revogar o aumento das passagens e anunciar que terão que cortar uma parcela dos investimentos; o governo federal lançou o programa mais médicos. No curtíssimo prazo é compreensível que os governos, surpreendidos com fatos inesperados, procurem atender a reivindicação dos manifestantes. Todavia, essa decisão está na contramão da solução, a não ser que os políticos acreditem que a população acabe por jogar a toalha em vez de protestar.

## **BRASIL POTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL, AVANÇOS E PERCALÇOS**

O novo Código florestal, Lei 12.651/12 completou um ano no dia 26 de maio. Muito se continua a debater em torno das perdas e supostos ganhos. Nas perdas o desmatamento continua, embora com taxas declinantes, e consciência coletiva sobre o tema ainda é pequena. Nos ganhos tem-se o maior Cadastro Ambiental Rural (CAR), do mundo, com 5,4 milhões de propriedades rurais regularizadas e monitoradas em tempo real. Quanto as Áreas de Preservação Permanente (APPs) há recomposição porém não suficiente para atender as margens dos rios e nascentes, lagos, morros, montanhas e manguezais já desmatados.

Estudo recente da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, mostra a necessidade de mais de 20 milhões de hectares de florestas e outras formas de vegetação nativa a serem recuperados somente em APPs e Reservas Legais em todo o país. Supondo que se possa atingir uma meta de recuperação de APPs em todo Brasil da ordem de um milhão de hectares/ano em até cinco anos (a China hoje planta mais de quatro milhões de hectares ano), pelo menos um milhão de empregos diretos seriam gerados pela cadeia de recomposição florestal, (da coleta ao processamento de sementes, de viveiros de mudas à assistência ao plantio, aos insumos necessários e a manutenção das áreas). Isto sem considerar as externalidades positivas da inserção econômica da cadeia de produção florestal. Boa parte desses empregos atenderia às classes sociais mais necessitadas e seria um programa com características inéditas: combateria a pobreza e a miséria em todo o país, com geração de serviços ambientais em escala global.

Parte dessas florestas poderia ser recomposta em sistemas agroflorestais e, portanto, com produção de alimentos orgânicos para os mercados locais e, principalmente, para os próprios trabalhadores agroflorestais. Se computarmos a captura de carbono, além da preservação dos rios e da geração de empregos diretos, (o que já seria suficiente para

justificar o programa), retirar-se-ia da atmosfera global mais de um bilhão de toneladas de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) em 20 anos. Em cinco anos, se o desmatamento não aumentasse, já alcançaríamos o Desmatamento Líquido Zero no Brasil.

Vários são os desafios e gargalos a serem superados. Alguns dos problemas mais graves detectados durante o seminário de lançamento do Observatório do Código Florestal na Câmara dos Deputados são: a) a falta de transparência na regulamentação da Lei pelos Estados; b) falta de estrutura e recursos (humanos e financeiros) junto aos órgãos ambientais nos Estados e municípios; c) o total descompasso entre as políticas agrícolas e tributárias que não impulsionam (quando não jogam contra) as atividades florestais e agropecuárias rumo à sustentabilidade. Para se ter uma ideia, somente entre 2008 e 2013, o governo federal concedeu mais de R\$ 55 bilhões em incentivos tributários para o setor agrícola brasileiro, além do Plano Safra, que neste mesmo período disponibilizou ao setor mais de R\$ 400 bi. Portanto, o problema não é carência de recursos, mas de diretrizes políticas e gestão orientada para a sustentabilidade rural. Ressalte-se também a falta de uma educação ambiental abrangente, nas escolas e na sociedade.